

## SUPREMO

Novo presidente do STF afirma que a Justiça deve interferir em questões onde não há consenso entre o governo e a oposição

# Mendes defende ação do Judiciário na política

IZABELLE TORRES  
DA EQUIPE DO CORREIO

Antonio Cruz/ABR



OCUPANTE DO MAIS ALTO CARGO NO TRIBUNAL CRITICOU A OCUPAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS, COMO O DA REITORIA DA UNB

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, defendeu ontem a intervenção do Judiciário em questões em que não haja consenso entre governo e oposição e voltou a falar sobre o excesso de medidas provisórias. Em sua primeira entrevista coletiva à imprensa, Mendes criticou ainda a invasão de prédios públicos por movimentos sociais, como ocorreu no caso da reitoria da UnB e afirmou que a elaboração de um suposto dossiê com gastos sigilosos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso serve para que o país faça uma "reflexão crítica" sobre a prática política.

Segundo o novo presidente do STF, é preciso que os governantes lembrem que quem está no governo não é proprietário de informações a que tem acesso pelo fato de estar no poder. "Acho que isso é uma nova face do patrimonialismo. E isto vale para todos, vale para a situação que hoje está no governo e alguém que esteja amanhã na oposição", criticou Mendes.

Segundo o novo presidente do STF, a "judicialização" da política tem permitido que assuntos de interesse da sociedade — como a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito — não deixem de ser discutidos por conta de confrontos de interesses partidários. Para o presidente do STF, o arcabouço jurídico brasileiro, no qual qualquer partido político pode propor uma ação direta de inconstitucionalidade, representa um modelo radical de proteção da oposição e tem evitado o massacre da maioria sobre a minoria no Congresso.

"Isso tem permitido a provocação ao STF. Eu acho que muitos

temas poderiam realmente ser tratados no âmbito do próprio Congresso Nacional. Mas, não lamento que haja essa provocação do Supremo", disse. Para Gilmar Mendes, o grau de consulta do STF depende diretamente da possibilidade de consenso entre os parlamentares e deles com o Executivo. "Creio que, nos últimos tempos, nós temos vivido mais essa tendência de incapacidade para o consenso, mesmo quanto à norma de organização e procedimento. Diante desses impasses, eu acredito que o tribunal acaba sendo chamado para resolver de forma legítima", opinou o presidente.

#### Entendimentos

No seu primeiro dia à frente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes deu claras demonstrações de que não pretende

entrar em divergência com o Executivo e tampouco com o Congresso. Em um discurso brando e cheio de justificativas para as falhas dos outros poderes, o presidente da suprema Corte acalmou os ânimos dos governistas que temiam seu radicalismo em questões polêmicas, assim como do grupo de parlamentares que acreditava na sua disposição de fazer o Supremo se pronunciar em questões ignoradas pelos legisladores.

A boa vontade para manter entendimentos com os outros poderes mudou o discurso de Mendes sobre a responsabilidade pelo excesso de edição de medidas provisórias pelo governo federal. Segundo ele, não se pode atribuir a culpa ao presidente da República, visto que ele apenas responde aos argumentos dos ministros sobre a

necessidade de utilização do dispositivo.

Para Mendes, se um ministério de peso, como o da Fazenda, alega que uma medida assume uma dada gravidade, a probabilidade de o presidente optar em apresentar a proposta é grande. "Não é o presidente da República que voluntariamente diz: 'acordei com vontade de fazer uma medida provisória', e faz medida provisória. Isso é trabalhado no âmbito dos ministérios que levam essa proposta ao presidente. E os ministérios têm pesos específicos", avaliou.

Em defesa do Legislativo, Gilmar Mendes afirmou que a lentidão do Congresso em tratar temas polêmicos se deve à complexidade do próprio processo legislativo. Para ele, a atividade política é lenta porque é difícil produzir o consenso.



por Alon Feuerwerker

e-mail alon.feuerwerker@correioeb.com.br



Arte: Caio Gomez/Especial para o CB

## O realismo no pessimismo

O desempenho econômico tem sido o maior trunfo de Luiz Inácio Lula da Silva ao longo destes pouco mais de cinco anos no Palácio do Planalto. A comida barata, por exemplo, é um ativo valiosíssimo na relação política de Lula com os mais pobres. O presidente prometeu lá atrás que ao longo de seu mandato todos os brasileiros passariam a comer pelo menos três refeições diárias. A promessa foi cumprida. Para isso contribuíram principalmente os programas sociais de complementação de renda e o crescimento vigoroso do emprego e do salário mínimo, que quadruplicou, em dólar.

Mas o efeito não teria sido o mesmo caso o governo do PT não tivesse perseguido, desde o início e obsessivamente, manter a inflação sob estrito controle. Para tal, o presidente usou simultaneamente as três âncoras clássicas: a monetária, a fiscal e a cambial. O Banco Central jamais hesitou em aumentar os juros diante da menor ameaça, real ou imaginária, de descontrole nos preços. O superávit primário atingiu níveis inéditos, patamares que os governos anteriores, por falta de convicção ou de força política, nunca haviam imposto ao país. Para completar, ao real foi permitido flutuar para cima sem qualquer limite.

As últimas semanas, porém, assistem a uma acumulação de nuvens cinzentas nesse horizonte de céu azul. Qual é o cenário? Os juros brasileiros continuam altos, entre os mais altos do mundo. Em consequência, a valorização do real não dá sinais de ceder, mesmo com o declínio dos resultados da balança comercial. O superávit primário permanece vigoroso, não havendo o mínimo indicio de que o governo federal esteja propenso a afrouxar as rédeas do gasto público. Mesmo com tudo isso, porém, a inflação preocupa. Especialmente a inflação da cesta básica, incluída a comida tão cara (sem trocadilhos) ao núcleo duro do eleitorado de Lula.

O Brasil tem um colchão de quase US\$ 200 bilhões de reservas, o que garante certa tranquilidade, inédita em nossa História. Mas suponhamos que o balanço de pagamentos projete uma tendência negativa de longo prazo. Isso sinalizará que o processo de acumulação de divisas se reverteu e que as reservas serão queimadas. Qual será o efeito desse sinal no fluxo de moeda estrangeira? Como se sabe, a única entidade econômica que tem livre trânsito no planeta é o capital financeiro. Que costuma analisar a conjuntura com os pés. Do mesmo jeito que vem correndo, pode dar no pé quando assim lhe aprouver.

Num outro cenário, o governo poderia buscar recompor os saldos da balança comercial por meio de políticas ativas de desvalorização monetária. Isso teria impacto imediato na inflação, justamente numa época em que os preços dão sinais de desassossego. Ou seja, não é uma saída para Lula. O presidente até estimula o debate econômico, mas na hora decisiva costuma invariavelmente fechar com Henrique Meirelles e a turma do Banco Central (BC). Tudo porém tem limite. Nos últimos tempos, Lula exibe desconforto com a possibilidade de o denodo antiinflacionário do BC afetar o crescimento econômico e, portanto, a criação de empregos. Bem agora que, segundo Lula, o governo está gerencialmente engrenado e os projetos começam a sair do papel.

Ou seja, o presidente e o governo estão com pouca ou nenhuma margem de manobra na macroeconomia. Tanto que vem aí uma política industrial orientada a alavancar as exportações. É a tentativa de buscar uma saída ao mesmo tempo não convencional e agressiva para fugir da armadilha que liquidou a administração de Fernando Henrique Cardoso a partir de 1999, ano em que o colapso da âncora cambial levou à desvalorização do real e à incineração do capital político de FHC. Cujo segundo mandato resumiu-se, em boa medida, a uma dolorosa espera pela hora de passar a faixa.

Todas as análises políticas supõem, corretamente, que Lula tem boas chances de chegar a 2010 como um grande eleitor. Mas convém ficar de olho na economia. Os pessimistas, mesmo quando estão politicamente orientados, podem ter lá sua utilidade. Parece mesmo evidente que Lula está sem gordura para queimar na macroeconomia. Os pessimistas dizem que essa pouca folga poderá nos levar a um desastre. Ainda que estejam errados, convém o governo abrir o olho, para tentar descobrir o que — e quanto — pode haver de realismo nesse pessimismo.

**TODAS AS ANÁLISES POLÍTICAS SUPÕEM, CORRETAMENTE, QUE LULA TEM BOAS CHANCES DE CHEGAR A 2010 COMO UM GRANDE ELEITOR. MAS CONVÉM FICAR DE OLHO NA ECONOMIA. OS PESSIMISTAS, MESMO QUANDO POLITICAMENTE ORIENTADOS, PODEM TER LÁ A SUA UTILIDADE**

**Com um Mitsubishi, todo caminho vira uma aventura.**

**Airtrek 2.4 Mivec**  
163 CV 4x4 Permanente.

A partir de RS 96.990<sup>00</sup>

- Airbag Duplo
- Freio ABS com EBD
- Ar-condicionado Automático
- CD MP3 Player com 6 discos
- Aerofólio traseiro com brake-light
- Bancos e volante em couro
- Câmbio Automático Sports Mode
- Barras de proteção lateral
- Rack de teto

**10% de entrada**

**25% após 1 ano e meio**

**25% após 3 anos**

**+34 parcelas iguais\*\***

**ATENDIMENTO NOS SÁBADOS ATÉ AS 18H**  
SIA Trecho 4 lote 300/340 • Tel.: 2103.0405 • www.nara.com.br

**Nara**  
A SUA VIDA MERECE

MITSUBISHI MOTORS

Airtrek 2.4 Mivec, câmbio automático 24V/24V. \*\*Parcelas iguais: 10% de entrada no ato da venda + 25% após 1 ano + 25% após 3 anos. Parcelas iguais com parcelas iguais nos demais prazos, em Saldo líquido - 10% e 30% parcelas - 34 parcelas iguais com parcelas de 1,27 a.u., e 18,22 a.u., + 10%, em 34 meses com parcelas de 1,27 a.u. e 18,22 a.u. + 10%, em 34 meses com parcelas de 1,27 a.u. e 18,22 a.u. + 10%. Opções não incluídas. Preço sujeito à alteração sem prévio aviso. Entrega limitada.